

A USP NOS ARQUIVOS DO DOPS¹

Beatriz Vicentini²

Jorge Maruta/USP

Jorge Maruta/USP



Lineu Prestes, Orlando Paiva e Miguel Reale, reitores da USP que colaboraram ativamente com a polícia política

A colaboração com órgãos de segurança do Estado sempre foi objeto de indignação da sociedade. Uma Comissão Especial de Inquérito da Assembleia Legislativa buscou investigar a abrangência da prática adotada pela Reitoria da USP, especialmente nos anos subsequentes ao golpe de 1964. Abertos os arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o quadro que se desenha é muito mais grave: a colaboração da Reitoria não ocorreu tão somente após 1964. Ela se constituiu em prática institucionalizada desde 1950. Nomes, situações, datas, assinaturas confirmam isso

A data é 24 de julho de 1948. A assinatura do ofício, com timbre da Reitoria da Universidade de São Paulo, é do reitor de então, Linneu Prestes, dirigindo-se ao secretário da Segurança Pública de São Paulo, Nelson de Aquino³. No primeiro dos documentos localizados nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-SP), envolvendo órgãos oficiais da USP e a colaboração com órgãos policiais, o registro que, durante anos, iria se tornar regra: o envio da relação nominal de docentes da instituição, por caminhos oficiais, de forma que o Serviço Secreto do DOPS pudesse observá-los, qualificá-los, registrar suspeitas e acusações.

Deste primeiro encaminhamento, indicado pelo reitor como “relação nominal dos catedráticos, livres-docentes e assistentes dos estabelecimentos de ensino superior, integrados nesta Universidade”, constam nada menos que 17 laudas, em que os professores são identificados por suas faculdades de origem. Menos de um mês depois, em 7 de agosto de 1948 — e vale lembrar que em 1948 o PCB já tivera suas atividades canceladas e seus parlamentares cassados —, o documento é encaminhado ao Serviço de Informações, apenas com uma assinatura não identificada do encarregado. Checados os nomes dos catedráticos, dos arquivos do DOPS emergem acusações a 35 professores, classificados como “ex-integralistas, socialistas ou envolvidos com organizações que mantêm algum tipo de intercâmbio com a URSS”.

Entre os mais conhecidos, nomes como os de André Dreyfus e Mário Schenberg (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, FFCL)⁴, Villanova Artigas (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, FAU), Miguel Reale (Faculdade de Direito), Moacir Freitas Amorim (Faculdade de Medicina, FM) e Zeferino Vaz (Faculdade de Medicina Veterinária).

O arquivamento dos documentos desse primeiro período, que antecede o golpe militar de 1964, é inconstante. São cerca de 90 documentos, de variadas caracterizações e temas, mas em grande parte com a mesma origem oficial: a Reitoria da USP, ou o próprio reitor. Há registros do envio de outras listagens de professores, sempre delatando os simpatizantes do comunismo, ou greves em unidades como a FM e a FAU e seus desdobramentos, entre outros temas menos significativos.

A neurose característica dos serviços de informação, buscando comunistas em todos os cantos, iria perdurar durante os anos seguintes, mas, no caso da USP, entre o

final da década de 1940 e os primeiros anos da década de 1950, outro tema iria se transformar em assunto de certa relevância na documentação trocada entre o DOPS e a Reitoria: as primeiras preocupações com o Instituto de Física e as pesquisas relativas à energia nuclear. Uma área que, pelo seu significado estratégico, iria gerar pelo menos um dos típicos informes encontrados no DOPS, nos quais a imaginação do informante normalmente excedia qualquer análise de bom senso.

Assim, ofício datado à mão, de 10 de janeiro de 1949, com o timbre da Secretaria da Segurança Pública, enviado a Antonio Ribeiro de Andrade, registra que “consta que o Prof. Gleb Wataghin — então um dos expoentes da área de Física da USP — associou-se ao Prof. Reinaldo Saldanha da Gama em um escritório na cidade para o fim de exportar urânio brasileiro para a Itália; de lá esse urânio seria remetido para a Rússia”. A preocupação com o professor Wataghin iria persistir durante anos, provavelmente também por conta de sua condição de estrangeiro.

Novo informe, sem identificação de seu autor, datado de 22 de abril de 1955, depois de historiar a implantação do Departamento de Física da USP e sua relação com os professores Gleb Wataghin e Marcelo Damy, admite que “o departamento possui uma equipe brilhante de professores, que mantêm relações internacionais”. Da relação em anexo, que enumera todos os docentes que ali trabalham, a restrição se confirma apenas com relação a Mário Schenberg, mais uma vez por sua simpatia pelo comunismo. A crítica e a preocupação se manifestam, no entanto, numa tentativa pouco sutil de buscar desestabilizar a posição de Wataghin: “russo de nascimento, naturalizado italiano, foi presidente de um subcomitê paulista de auxílio às vítimas da guerra em 1947, comitê que geria um fundo comunista”. O analista ainda acrescenta que o pesquisador tem 96 trabalhos publicados, mas nenhum em português. Um quadro que lhe permite sugerir, “como se vê, que urge dar ao nacional o lugar que ele precisa ter: ser o primeiro em tudo”.

O extremo cuidado que envolvia não apenas pesquisadores, mas as próprias instalações do Departamento de Física, já havia sido registrado ao final da década de 1940, mais precisamente em setembro de 1948, quando o delegado de polícia Paulo Rangel comunica ao delegado especializado de Ordem Política os contatos realizados para viabilizar um policiamento especial no Departamento de

Física da USP, “em função das instalações do Betatron⁵”. Rangel relata que, dias antes, o porteiro do local tivera de atirar para o alto quando, à noite, pessoas não identificadas passaram a rondar o local. E acrescenta que a iniciativa deste tipo de policiamento tem a “aquiescência do Prof. Marcelo Damy”.

Ex-secretário de Justiça, o reitor Ernesto Leme pede frequentemente ao DOPS informações a respeito de ligações de docentes e estudantes com o PCB. E denuncia professores como Samuel Pessoa, Villanova Artigas e Fanny Blinder

Antecedendo uma outra tendência na rotina de acompanhamento e investigações dos órgãos de segurança que iria se instalar na USP no período pós-1964, também a observação relativa a greves envolvendo estudantes é registrada com frequência, nos primeiros documentos localizados no DOPS. A primeira delas é datada de 1951, quando a FM paralisa suas atividades em protesto contra a suspensão de veteranos que haviam aplicado um trote mais violento em estudante transferido do Paraná. Neste caso, sequer se trata de uma comunicação ao DOPS: a Reitoria solicita “providências” àquele órgão, já que outras escolas da USP estariam iniciando movimentos de paralisação em solidariedade aos veteranos punidos. E dá os nomes àqueles que ela entende como os articuladores da greve geral: “os elementos comunistas fichados, Luiz Hildebrando Pereira da Silva (aluno do 4º ano de Medicina), Abrão Nicolas Tayer e Victor Nussenzweig”.

Há, ainda, a nítida intenção de caracterizar a participação do professor Samuel Barnsley Pessoa em todo o movimento. Documentos relatam que “sua esposa, Jovina Pessoa, esteve na Faculdade de Medicina várias vezes, conversando com estudantes comunistas”. Além disto, a denúncia garante que “as reuniões prévias para articulação da greve aconteciam no anfiteatro de Parasitologia, cuja cadeira está a cargo do Prof. Pessoa, enquanto os demais professores se recusaram a permiti-las em suas salas”.

Aliás, os primeiros anos da década de 1950, quando responde pela Reitoria o professor Ernesto Leme (um ex-secretário de Justiça de São Paulo), são aqueles que apresentam maior cordialidade e frequência nos contatos formais entre USP e órgãos de segurança. Leme, por diversas vezes, pede a colaboração do DOPS, como no caso da greve da FM. Em abril do mesmo ano, é ele quem novamente toma a iniciativa de solicitar ao delegado-chefe do Serviço Secreto do DOPS “informações a respeito dos principais dirigentes do movimento comunista em nosso Estado, que tenham ligações com a Universidade de São Paulo, como alunos ou professores”. A seguir, ele mesmo acrescenta uma lista de 12 nomes que caracterizariam esse tipo de militante, vinculados às faculdades de Medicina, Filosofia e Direito. Entre eles, Luis Hildebrando Pereira da Silva e Romeu Sofredini. Com apenas dois dias de demora, o DOPS lhe responde, anexando uma imensa listagem de médicos, engenheiros, arquitetos, escritores que, segundo seus arquivos, são ligados ao PCB.

A prática de nominar seus professores comunistas parece ter sido uma constante na gestão Leme. No mesmo ano de 1951, depois de 30 dias de greve dos alunos da FAU, num movimento que, segundo os relatos do DOPS, inicia-se em resposta à recusa da contratação do arquiteto Oscar Niemeyer pelo Conselho Universitário, mais uma vez o reitor pede que o “DOPS auxilie o presidente da Comissão de Sindicância sobre a FAU, a respeito da atuação política de alguns professores, como Villanova Artigas, Romeu Sofredini, Ruy Machado e Fanny Blinder”.

Presidia a comissão o professor José Carlos de Ataliba Nogueira. Mas nem mesmo esta proximidade entre Reitoria e DOPS livra o reitor de observações cáusticas dos delegados do órgão. Ao final da movimentação na FAU, depois de meses de paralisação e da reabertura da faculdade, com a nomeação de um diretor efetivo e a aprovação de regimento próprio, um relatório interno do Serviço de Segurança critica Leme pela condução do processo, lembrando que se os avanços concedidos “eram uma pretensão justa dos alunos, consideramos injusto o modo como tal pretensão foi pedida”. “E o magnífico reitor, passando por cima de todas as querelas, atendeu os reclamos daquela faculdade”. Além disto, na previsão do mesmo relatório, os atos da Reitoria não impediriam os tumultos que deveriam ser ainda “provocados pelos comunistas” em função da questão Niemeyer.

DOCUMENTO COMPROVA EXISTÊNCIA DA AESI, “ÓRGÃO POLICIAL”

De sua existência, a comunidade universitária tinha poucas dúvidas. Mas eram anos difíceis. E a triagem ideológica se fazia sentir de maneira cada vez mais palpável por significativo número de docentes, cujos processos de contratação enfrentavam obstáculos inexplicáveis. Agora, não há mais como querer negar a existência de uma representação do DOPS na USP. Um órgão de segurança, responsável pela disseminação de informações de interesse da área policial, visando ao controle efetivo do que ocorria dentro da Universidade de São Paulo, vetando contratações, “alertando” diretores a tomar certos cuidados, acompanhando até mesmo debates que envolviam a participação de intelectuais que incomodavam o regime, existiu sim. E diretamente vinculado à Reitoria, informando aos demais órgãos da comunidade de informações seus telefones (288-0309 e 286-3618) e, como endereço, nada menos que o Gabinete do Reitor.

A criação da AESI — nome dado a esta Assessoria de Informação — data de 23 de maio de 1973 e foi formalmente comunicada em ofício distribuído a todos os ministérios militares, Polícia Federal, Polícia Militar, SNI, unidades do Exército em São Paulo e DOPS. Seus documentos — que terão sempre a mesma rubrica a acompanhá-los — adotarão um padrão visual facilmente identificável: o timbre da Universidade de São Paulo/Reitoria, em sua abertura. E essa primeira comunicação prima pela simplicidade, mas também pelo conteúdo revelador: “Esta assessoria acaba de completar sua instalação. É órgão que funciona diretamente junto à USP, mas se integra, também, na Divisão de Segurança e Informação do MEC, dentro do Plano Setorial de Informações. Solicitamos correspondência a AESI/USP - Reitoria Universidade de São Paulo, Gabinete do Reitor”. Este documento desmente, de imediato, declarações oficiais prestadas pelo ex-reitor Orlando Marques de Paiva, durante investigações realizadas por Comissão Especial de Inquérito, instalada pela Assembléia Legislativa em 1977.

Reproduzida parcialmente em publicação da própria Associação dos Docentes da USP, *O livro negro da USP*⁶,

a investigação que buscava comprovar a existência de uma prática de controle ideológico na contratação de professores deu um salto com as declarações do professor Antonio Guimarães Ferri, que ocupara vários cargos de direção da universidade. Em seu depoimento aos deputados, ele admitiu a existência de um órgão vinculado ao MEC, que agiria no sentido de “tomar informações sobre os docentes”. No entanto, afirmou também tratar-se de um organismo de “caráter policial”, que “não é da Secretaria de Segurança. É um serviço de segurança do Ministério da Educação, instalado fora da Universidade...” Ferri ainda confirmou — conforme publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* de 30/9/1977 — que o reitor “é obrigado a fazer passar pelos órgãos de segurança os contratos que efetua, da mesma maneira que é obrigado a exigir de todos os funcionários admitidos que tirem seus documentos no cartório”.

A partir deste depoimento, a CPI insiste, então, em maiores esclarecimentos do reitor à época, Orlando Marques de Paiva, que, também falando oficialmente aos deputados, e instado a explicar a demora na contratação de novos professores, garantiu que “depois de ter empenhado minha palavra perante o Conselho Universitário, no sentido de que jamais qualquer entidade, comissão ou pessoa exerceu pressão sobre o reitor, pois eu não o permitiria, seria dispensável discutir o assunto”.

Pronunciamento do presidente da Comissão, Almir Pazzianotto, também registrado no *Diário Oficial do Estado*, reforça ainda mais as tentativas de Marques de Paiva de tentar acobertar o que era praxe. Textualmente, o deputado garante que “em visita à Universidade conversamos sobre o assunto exatamente com o Magnífico Reitor. Ele negou, peremptoriamente, que qualquer professor seja submetido ao crivo de uma comissão interna de segurança”. Confrontado com a própria definição da AESI — curiosamente criada justamente no ano da posse de Marques de Paiva na Reitoria — seu depoimento se perde no vazio e no acinte feito ao poder legislativo do estado, pelo seu conteúdo enganoso. Afinal, a AESI terá algumas

centenas de seus ofícios e comunicados expedidos, ao longo dos anos, e devidamente arquivados no DOPS-SP, especialmente encaminhando listas e mais listas de novos professores a serem contratados. E não apenas professores, mas também funcionários e até alunos selecionados para participar do Projeto Rondon.

Especialmente no ano de 1975, quando Paiva ainda era reitor, serão dezenas e dezenas, a representar mais de duas pastas especiais constituídas apenas por fichas de encaminhamento e um formulário, muitas vezes preenchido à mão — no que se supõe ser a própria letra do docente a ser contratado — com o timbre “Universidade de São Paulo/Departamento de Administração”, ou, então, “Universidade de São Paulo - Dados pessoais”. Nem mesmo os professores estrangeiros escapavam. E cópias desse material eram, então, distribuídas fartamente aos órgãos de segurança e a ministérios como o da Educação e do Trabalho.

Quando o DOPS localizava, em seus arquivos, informações sobre o docente, o informe era imediatamente anexado à ficha. Mas a AESI não se limitou a interferir nos processos de contratação. Seus ofícios distribuíram à comunidade de informações panfletos, boletins, relatos sobre congressos e semanas de estudo e até mesmo pedaços de murais estudantis arrancados de algumas faculdades. O detalhamento de sua intervenção e dos canais de influência dentro da instituição pode ser demonstrado em relatório sobre a V Semana de Estudos de Jornalismo da ECA, ocorrida em 1973. Não apenas a programação ou observações dos debates estão ali registrados: há até mesmo uma listagem nominal de todos os participantes vindos de outros estados e seu local de origem. E a força de pressão de tal órgão perante diretores ou chefes de departamento

também já não poderá ser oficialmente negada. Em 1973, por exemplo, documentos originários da AESI, que historiam o planejamento e realização do II Encontro Nacional de Estudantes de Economia, são claros em registrar que “alertado por esta AESI, o diretor da FAU, Nestor Goulart Reis Filho, negou a cessão do auditório”. E mais: “também o diretor da FEA, Laerte de Almeida Moraes, igualmente alertado por esta AESI, vetou a realização do encontro”.

No mesmo ano, 1973, outro processo registra a intervenção da AESI em curso de férias sobre Dramaturgia, ministrado pelo professor Lauro César Muniz na ECA. Como a bibliografia indicava, entre outras obras de apoio, “Lógica da dialética”, de H. Lefèvre, e “Introdução à lógica dialética”, iniciam-se os questionamentos, ao mesmo tempo que se registra o informe de que Muniz participara, em 1968, de manifesto contra a censura. As explicações seguem o curso normal da burocracia, quando o chefe do departamento, Eduardo Peñuela Canizal, interpelado pelo diretor da ECA, “apresenta explicações prestadas por Muniz, em que detalha não terem sido utilizadas as obras referidas, as quais foram eliminadas da bibliografia no segundo semestre de 1973”.

Entre os muitos documentos de autoria da AESI nem mesmo a atual primeira-dama, Ruth Cardoso⁷, foi perdoada. Datado de fevereiro de 1976, um relatório informa que “Eunice Durham compõe, com Ruth Correa Leite Cardoso e Leôncio Rodrigues, também professores do Departamento de Ciências Sociais, grupo que lidera movimento esquerdista em toda a faculdade”. Segundo o informe, o grupo não teria atuação ostensiva, o que dificultava a caracterização da ação por ele desenvolvida. Para não deixar dúvidas, o informe segue com detalhado currículo de Eunice Durham. **(Beatriz Vicentini)**

FLORESTAN E SCHENBERG FORAM CONSTANTEMENTE VIGIADOS

Entre os muitos intelectuais que ocuparam significativamente o tempo e o esforço dos órgãos de segurança, destacam-se, no quadro da USP, o sociólogo Florestan Fernandes e o físico Mário Schenberg. Florestan tem um primeiro registro sobre sua vida política datado de 1945, quando, segundo o DOPS, pertenceu ao diretório provisório do partido Coligação Democrática Radical. Ao longo dos anos, sua trajetória seria acompanhada com detalhes, que cresceriam de frequência a partir da década de 1960.

Em 1961, as observações indicam que Florestan integrou a comissão paulista patrocinadora da coleta de assinatura pelo registro do PCB e, em maio de 1964, a Divisão de Informações da Delegacia de Ordem Política assim o define: “Marxista ao extremo e declaradamente comunista; como titular da cátedra de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP montou esquema para evitar que sua cátedra fosse ocupada por professores anticomunistas. Dotado de ambição sem limites, desleal, despatriado, amoral e revoltado com sua origem humilde (filho de lavadeira)”.

Em setembro do mesmo ano, IPM é instalado para averiguar a situação da FFCL, no qual se registra, por exemplo, a acusação do professor Ricardo Roman Blanco, no sentido de denunciar que “Florestan é tão virulento quanto Mário Schenberg, sendo suas aulas autêntica doutrinação marxista”. Indiciado pela Justiça Militar, o sociólogo tem sua prisão preventiva decretada, mas quando isto ocorre já embarcara para os Estados Unidos. Mesmo ali, suas atividades continuam sendo acompanhadas, com registros so-

Acervo CMS/ECA-USP



Mário Schenberg (1952)

bre os locais onde ministrava suas aulas e residia. As anotações prosseguem pelo ano de 1968, quando a ele se imputa a declaração de que o regime se caracterizaria como “uma ditadura militar” e teria, então, “conclamado os estudantes a irem às ruas”.

Passados os anos, e já cassado pelo AI-5, Florestan continua a ser monitorado com regularidade. Suas palestras, conferências, aulas e debates públicos estão devidamente anotados e suas ideias registradas. A maior preocupação parece se concentrar em 1975, quando Florestan ministra, no Departamento de Ciências Sociais da USP, um curso sobre Revolução Socialista em Cuba. Embora, segundo o próprio DOPS, o

curso tivesse duração de cerca de 3 meses, todas as aulas foram acompanhadas e seu conteúdo sintetizado em relatórios, uma a uma. Sobre a primeira aula, por exemplo, o investigador informa que o tema tratado foi “o domínio norte-americano sobre Cuba, desde o fim do século XIX até 1932, devendo nas próximas aulas se chegar até os dias atuais”. Segundo a opinião do investigador do DOPS, Florestan enfatizou “os malefícios da dominação”.

Mas se os registros sobre Florestan realmente priorizam seus atos e atitudes como professor e intelectual, a preocupação com Mário Schenberg teve uma caracterização política muito mais definida. Como candidato e militante do PCB, Schenberg chega a ter uma série inteira do DOPS dedicada exclusivamente ao arquivamento de parte de sua vida, com nada menos que 448 documentos sequenciais ali colocados — o que não afasta a existência de outros documentos, em outras áreas do arquivo. O

primeiro registro data de 1944, em função de conferência por ele proferida, na própria USP, sobre “Civilização e cultura americanas”. A partir de então, o Serviço Secreto estaria constantemente acompanhando seus pronunciamentos e especialmente atividades que, como físico, iriam levá-lo a tomar posicionamentos públicos sobre a política de energia nuclear.

Preso em 1948, o DOPS mistura entre sua documentação bilhete escrito pela esposa, Julieta Guerrini, onde ela, a lápis, pergunta-lhe “se essa superdotada força para guardar vocês — 5 canhões, 10 parabelinos⁸, 20 metralhadoras — não constitui violência”. Julieta ainda informa que trouxera laranjas para ele e que iria se esforçar para que Schenberg não ficasse tão abandonado na prisão. Especificamente no que se refere a atividades acadêmicas, embora os documentos originários da USP que registrem o fato não sejam encontrados no DOPS, documentos de outras origens e até mesmo recortes de jornais relacionam o pedido de demissão de Schenberg, em 1956, do cargo de diretor do Departamento de Física da FFCL, “em função da falta de verbas e dos entraves para o desenvolvimento das pesquisas”.

Em 1965, registra-se a indignação dos presentes à solenidade de formatura da FFCL — turma de 1964

— quando a mensagem encaminhada por Schenberg é proibida de ser lida pelo então diretor da unidade, professor Mário Ferri. Já àquela oportunidade, o representante dos formandos denunciava, em seu discurso, “o terrorismo cultural que se instala na universidade, vitimando professores, como Mário Schenberg”. Ainda de 1965, as manchetes de jornais — devidamente arquivadas — dão destaque a seu indiciamento no IPM que se desenvolve sobre subversão também na FFCL e que já atingira Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e João Cruz Costa.

Embora nada tenha sido encontrado que possa se caracterizar como o próprio conteúdo do IPM, os arquivos mantêm documentos que falam sobre a indignação de cientistas e intelectuais pelo fato de Schenberg, o único latino-americano convidado a participar da Conferência Internacional sobre Partículas Elementares, ter sido impedido de viajar ao Japão. O último registro que lhe é feito, vinculando-o a atividades acadêmicas, data de agosto de 1968, quando Schenberg pede demissão do Departamento de Física da USP como forma de protestar contra o tratamento que vinha sendo dado pela instituição ao também físico César Lattes, que se transfere para a Unicamp. **(Beatriz Vicentini)**

Notas

- 1 Publicada na *Revista Adusp* edição 13, de abril de 1998, esta reportagem viria a receber Menção Honrosa do Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos. A presente republicação inclui ajustes pontuais e alguns cortes no texto original.
- 2 Jornalista, especialmente convidada. À época, assinava como Beatriz Elias.
- 3 O governador era Adhemar de Barros, do Partido Social-Progressista (PSP), eleito em janeiro de 1947.
- 4 Oriundo da Faculdade de Medicina, o geneticista Dreyfus chegou a ser o diretor da Filosofia (1943-1947). O físico Schenberg elegeu-se suplente de deputado estadual pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1946. Em 1962 foi eleito deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mas teve seu mandato arbitrariamente cassado, em razão de suas ligações com o PCB.
- 5 Acelerador cíclico de elétrons, o primeiro da América Latina, segundo o Instituto de Física.
- 6 Edição original publicada em 1978, disponível no site da Adusp.
- 7 Esposa de Fernando Henrique Cardoso, presidente da República à época da publicação.
- 8 Provável adaptação do nome “Parabellum”, de famosa pistola de fabricação alemã.